

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1006239-27.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Perdas e Danos**
 Requerente: **Antonia Cristina Galli Fonseca**
 Requerido: **Lkd Comércio Eletrônicos S/A**

ANTONIA CRISTINA GALLI FONSECA pediu a condenação de LKD COMÉRCIO ELETRÔNICOS S/A ao pagamento de indenização pelos danos materiais e morais causados. Alegou, para tanto, que adquirira diversas mercadorias na página eletrônica da empresa ré pelo valor de R\$ 2.135,10. Decorrido o prazo estipulado sem a entrega dos bens, realizou uma reclamação no Procon, quando, então, descobriu que havia sido decretada a recuperação judicial da ré, de modo que não lhe restou alternativa a não pleitear judicialmente o reembolso da quantia despendida.

Indeferiu-se a tutela de urgência.

A ré foi citada e contestou os pedidos, aduzindo em preliminar a necessidade de suspensão do processo em razão do deferimento do processamento da sua recuperação judicial. No mérito, afirmou que por conta de problemas internos não conseguiu realizar a entrega dos materiais adquiridos pela autora, não se opondo, por isso, à restituição dos valores que foram pagos. Além disso, defendeu a inexistência de dano moral indenizável.

Em réplica, a autora insistiu nos termos iniciais.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não é caso de suspender o andamento do presente feito em razão do deferimento do processamento da recuperação judicial da empresa ré, haja vista tratar-se de demanda ainda em fase de conhecimento, que prosseguirá até a formação do título executivo judicial (art. 6º, § 1º, da Lei 11.101/05).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

São incontroversos a relação jurídica estabelecida e os fatos, exatamente a compra realizada pela autora na página eletrônica da ré, o pagamento do preço e o não recebimento das mercadorias na data estipulada.

Ademais, a própria ré concordou com a restituição do preço pago, de rigor, então, o acolhimento do pedido.

Entretanto, o pedido de indenização por danos morais não deve prosperar.

Com efeito, o dano moral é caracterizado como aquele que *"lesiona a esfera personalíssima da pessoa (seus direitos de personalidade), violando, por exemplo, sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente"* (Gagliano, Pablo Stolze; Novo curso de direito civil, volume III, Ed. Saraiva, 2008, p. 55). Sendo assim, meros dissabores, aborrecimentos ou angústia surgidos em uma relação contratual não devem dar ensejo à reparação por dano moral.

Conforme define a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, "Segundo a doutrina pátria, 'só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo" (REsp nº 844736/DF, Relator Ministro Luis Salomão, j. 27/09/2009).

Assim, a necessidade de provimento judicial determinando a devolução do valores pagos pela autora, em consequência do desfazimento do negócio, não tem o condão de, por si só, caracterizar ofensa a direito da personalidade e gerar dano moral indenizável.

Diante do exposto, acolho em parte o pedido e condeno a ré a pagar para a autora a importância de R\$ 2.135,10, com correção monetária a partir da data de cada desembolso e juros moratórios, à taxa legal, contados desde a citação inicial.

Rejeito o pedido de indenização por danos morais.

Condeno a ré ao pagamento de metade das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios das patronas da autora fixados por equidade em R\$ 1.000,00.

Condeno a autora ao pagamento de metade das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios do patrono da ré fixados

PODER JUDICIÁRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

em R\$ 1.000,00, embora suspensa a execução dessas verbas, nos termos do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 18 de setembro de 2018.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**